

Desafios políticos e vida acadêmica: a experiência docente na FFLCH-USP no período de (re)construção da democracia no Brasil (1979-2009)

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO*

O presente texto é fruto de impressões iniciais de pesquisa. Trata-se de resultados preliminares de uma investigação em nível de doutorado a respeito da trajetória de vida acadêmica de professores titulares da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em atividade entre os anos de 1979 e 2009. A pesquisa consiste em compreender a gênese e a trajetória intelectual dos professores titulares da FFLCH-USP a partir dos memoriais entregues no ato da inscrição para o concurso de titulação (MS-6) e da realização de entrevistas de história oral de vida.

Os docentes em questão estão sendo investigados como *produtores*, o que em termos benjaminianos significa pensá-los a partir de sua *experiência* e das atividades que desempenham no interior do processo produtivo que ocupam e alimentam: em que medida o percurso acadêmico desses intelectuais foi marcado por participações ativas e ou distanciamentos marcantes em relação à trajetória política do país nos últimos trinta anos? Afinal, como esses professores julgam as posições por eles ocupadas no *processo produtivo* universitário? Como definem a relação entre universidade e sociedade? Como se comportaram diante das transformações políticas que marcaram o fim da ditadura e o início da democracia (BENJAMIN, 1994: 127-128)?¹

Durante o processo de “transição trançada” da ditadura para a democracia política no Brasil os docentes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), conviveram com transformações significativas dentro e fora da universidade. Desde a fundação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) em 1976 até a discussão e aprovação de um novo estatuto para universidade em 1988, ocorreram greves por melhores

□ O autor é doutorando em história social na FFLCH-USP e orientando do Prof. Dr. José Carlos S. Bom Meihy.

¹ O autor como *produtor*, afirma Benjamin, é aquele que expressa e representa “a superação daquelas esferas compartimentadas de competência no processo de produção intelectual” e ainda transforma essa produção em algo politicamente válido: “Brecht foi o primeiro a confrontar o intelectual com a exigência fundamental: não abastecer o aparelho de produção, sem ao mesmo tempo modificá-lo”. BENJAMIN, W. “O autor como produtor”. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 127-128.

condições de trabalho e salários, manifestações que exigiram o reingresso de professores cassados pelo Regime Militar e muitos debates a respeito dos rumos e dos novos desafios enfrentados pela Universidade de São Paulo: a universidade deveria aceitar as exigências do mercado e da lógica da produtividade, sucumbindo a interesses de ordem privada, ou seria capaz de preservar os interesses públicos enquanto instituição pública que é?

Diante do atual contexto de abandono das utopias revolucionárias, de encolhimento do espaço público e de novas formas de inserção do saber, das tecnologias e da universidade no modo de produção capitalista, de que trata Chauí, é imperativo avaliar o papel social e político da universidade pública e, em particular, a atuação dos docentes (CHAUÍ, 2006: 30).

O debate em relação ao papel dos intelectuais tem ganhado força nos últimos anos. Há até mesmo quem defenda o “fim da modernidade” e considere o intelectual tradicional (Legislador) morto, tão extinto quanto à própria “Razão moderna” (BAUMAN, 2010). Prolifera também o argumento daqueles que questionam o engajamento político, opondo aos chamados intelectuais ditos *ideólogos* (que agem com base na ética da convicção) aos *expertos* (que agiriam com base na ética da responsabilidade), em uma tentativa de condenar definitivamente os intelectuais à mera interpretação do mundo e ao silêncio (BOBBIO, 1997: 97-99).

Na contramão das tendências isolacionistas e esterilizantes, este trabalho se insere em uma perspectiva preocupada em compreender as tensões entre a vocação política e a vocação científica da universidade e no modo como os docentes nela estão envolvidos (CHAUÍ, 2001). Nesse sentido, a presente pesquisa propõe alguns questionamentos: qual a razão do desaparecimento dos intelectuais engajados? Eles deram mesmo lugar a um intelectual asfixiado pela rotina burocrática, cercado de deveres e responsabilidades acadêmicas e, por isso, marcadamente afastados da atividade política? Ou será que o distanciamento da política teria sido uma opção (política) dos intelectuais no contexto da derrota das esquerdas e do avanço do neoliberalismo?

Sabe-se que o professor universitário que trabalha em uma instituição pública além de honrar seus compromissos acadêmicos deve obrigatoriamente responder, como funcionário público que é, a estatutos, normas técnicas e, em última instância, a própria sociedade. Contudo, ultrapassar os limites físicos da universidade pública ainda pode

ser uma atitude passível de punição para qualquer professor universitário, mesmo em pleno exercício da democracia política.

Em 2006, Emir Sader, professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi processado e punido por ter respondido a críticas feitas pelo senador Jorge Bornhausen contra o seu partido. Depois das perseguições impostas em 1969, essa foi a mais recente punição a um professor ligado a FFLCH-USP. Parece ter sido uma clara tentativa de delimitar, circunscrever e caracterizar qual deve ser a função pública a ser ocupada, cumprida e respeitada pelo professor universitário no Brasil.

Em contrapartida, Antônio Cândido, professor Emérito da mesma instituição, liderou um processo de mobilização em torno da defesa do professor Emir Sader que contou com vários intelectuais signatários do *Manifesto de Solidariedade a Emir Sader*, de 02 de novembro de 2006. Para os intelectuais que assinaram o Manifesto, mais do que uma punição isolada a Emir Sader, o parecer do juiz pode ser tomado como um sinal de alerta a todos os professores universitários em geral: “(...) considerando que o querelante valeu-se da condição de professor de universidade pública deste Estado para praticar o crime, como expressamente faz constar no texto publicado, inequivocamente violou dever para com a Administração Pública (<http://www.petitiononline.com/emir/petition.html>).”

Segundo a sentença do juiz, a comunidade acadêmica deveria entender que a função do professor universitário está encerrada ao interior da universidade e que, Emir Sader, como funcionário público, deveria saber que sua responsabilidade é para com a Administração Pública e não para com a comunidade que paga seus impostos justamente para garantir o funcionamento da universidade. Ora, a atuação pública de Emir Sader seria um sinal de que os intelectuais engajados ainda não desapareceram completamente? Seria então o *Manifesto* encabeçado por Antonio Cândido uma denúncia capaz de lembrar a carta publicada no jornal *L'Aurore* escrita por Émile Zola em 13 de janeiro de 1898? ²

² Antônio Cândido participou também da defesa de Renato Tapajós em 1978 quando escreveu um parecer defendendo o livro *Em Câmara Lenta* das acusações de “ser subversivo e motivar ações subversivas”, então feitas pela Justiça Militar. O parecer completo em defesa de Tapajós pode ser encontrado em *Teoria e Debate*, nº 74, Ano 21, Nov./Dez. de 2007, pp. 36-38. Já o Manifesto em Defesa de Emir Sader pode ser lido em: <http://www.petitiononline.com/emir/petition.html>.

A vocação política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Criada em 1934, após a perda da hegemonia política do Estado de São Paulo no plano nacional depois da Revolução de 1930 e da derrota em 1932, a Universidade de São Paulo tinha a missão de formar novos quadros profissionais que seriam responsáveis pelo fortalecimento da autonomia cultural, política e econômica da elite paulista. (SCHWARTZMAN, 1979: 195) No bojo da defesa de uma universidade para São Paulo, encontra-se um arzenal de argumentos que enalteciam a trajetória vitoriosa dessa mesma elite e referências ao *bandeirismo*, ao *republicanismo histórico* e ao *pioneirismo industrial* do estado.

Esse projeto era parte de um plano mais amplo articulado pelo chamado “grupo do Estado” (referência ao Jornal *O Estado de São Paulo* e ao grupo encabeçado por Júlio de Mesquita Filho, Armando Sales Oliveira, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, entre outros) ainda na década de 1920 e cujo propósito era a “emancipação definitiva” do país e a resolução de problemas de ordem institucional e cultural. Segundo Júlio de Mesquita Filho, atenção especial deveria ser dada ao “problema cultural”, a partir do qual a construção de universidades tornava-se uma prioridade, já que a função delas “seria a de formar as elites indispensáveis à obra de regeneração política da sociedade brasileira e à superação da crise nacional, com a destruição do poder das oligarquias” (CARDOSO, 1982: 37).

A proposta educacional e, particularmente, de ensino universitário defendido por Júlio de Mesquita e pelo “grupo do *Estado*” – como demonstra Irene Cardoso ao analisar o “Inquérito sobre a Educação no Estado de São Paulo” escrito por Fernando de Azevedo e publicado pelo OESP em 1926 (CARDOSO, 1982: 46-68) –, estava baseada em uma concepção de sociedade peculiar e cuja proposta pedagógica era tipicamente liberal e burguesa: previa e delimitava funções específicas para aqueles que pertenciam a estratos sociais diferentes. Assim, o projeto de uma universidade para São Paulo, estava inserido nas concepções da Escola Nova que, por sua vez, estabelecia que o ensino primário deveria atender às massas e o secundário às classes médias, enquanto caberia a universidade filtrar e preparar as elites para a condução do país.³

Se, como argumentava Fernando de Azevedo,

³ Para uma definição de Pedagogia Liberal Burguesa e sobre a Escola Nova, ver: SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

(...) a preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, a instrução das massas...”, (...) a primazia da universidade sobre os outros níveis de ensino deve-se ao fato de que é nela que se forma a elite dirigente indispensável à obra de regeneração política da nacionalidade, capaz de propor um projeto que seria assimilado e propagado por uma “corrente de opinião” constituída pela classe média formada pelo ensino secundário. (CARDOSO, 1982: 30 e 42)⁴

No contexto de fundação da Universidade de São Paulo havia dois projetos em jogo e que divergiam quanto ao papel da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLCH). O primeiro era parte dos Decretos Números 19851 e 19852 de 1931, publicados na gestão de Francisco Campos no ministério da educação, que reformulavam o ensino superior e instituíam as universidades brasileiras. O segundo, dizia respeito ao Plano da USP redigido por Fernando de Azevedo a pedido de Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira. Para Irene Cardoso, enquanto o primeiro defendia a criação de uma **Faculdade de Educação, Ciências e Letras**, enfatizando o caráter de Instituto de Educação dessa faculdade, o projeto defendido pelo “grupo do Estado” pretendia garantir “uma função superior e inalienável da formação e do preparo das classes dirigentes”, sendo explícita e consciente a função política da **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras** (CARDOSO, 1982: 99).

O “grupo do Estado” estava convicto de que o papel político-ideológico da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras definiria as características da universidade como um todo, já que a dificuldade inicial estava na união das chamadas “três grandes escolas”: as Faculdades de Direito e de Medicina e a Escola Politécnica. Coube à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC) um papel integrador, idealmente considerado por alguns como a “alma da Universidade”:

*(...) ou o eixo central ou a **célula mater** onde seria promovida a pesquisa em tempo integral, contribuindo para um conhecimento universal, puro e desinteressado, ficando a aplicação da ciência para as escolas profissionais; que seria autônoma do ponto de vista administrativo e acadêmico; que formaria uma elite cultural dinâmica, capaz de assumir a liderança no processo de superação do estado de atraso em que se encontrava o país (SCHWARTZMAN, 1979: 197).*

Segundo Florestan Fernandes, a Faculdade de Filosofia manteve-se distante das

⁴ Fernando de Azevedo explicitaria suas concepções sobre a universidade no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova* publicado em 1932, cujos princípios seriam incorporados ao *Plano da USP*, elaborado a pedido de Júlio de Mesquita Filho, e base para a fundação da USP em 1934.

querelas políticas e sociais ao longo do Estado Novo, quando tanto as tendências fascistas quanto os ideais liberais e conservadores do “grupo do Estado”, defendiam a premissa do afastamento entre os intelectuais e o poder político. Para o autor, prevalecia na Faculdade de Filosofia da USP uma concepção de intelectual e, em particular de professor, segundo a qual o mais importante era a manutenção de “uma atitude de neutralidade ética com relação aos problemas da vida e com relação aos valores”. Para Fernandes esse posicionamento em relação à formação do professor foi nefasto para a universidade e para a educação no país, já que:

(...) é o caminho pelo qual o especialista, saindo da escola normal ou da universidade, norteia-se em termos de uma relação de responsabilidade com a sociedade, isto é, com a ordem. Ele não é colocado em relação de tensão, mas de acomodação. E quando ele abre o caminho da tensão, abre por outras vias, que não são estimuladas através do ensino e da pesquisa. A essa concepção correspondeu a idéia de que era necessário separar o cidadão do cientista e do professor. Essa distinção foi fatal para minha geração. (...) Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária (FERNANDES, 1989: 163).

Assistente de Fernando de Azevedo e admirador de muitas de suas iniciativas, Florestan Fernandes se opunha, contudo, ao modelo de universidade defendido pelo primeiro e, em particular, de Faculdade de Filosofia e de Instituto de Educação, através dos quais não se investia em disciplinas voltadas para a capacitação política do professor. Conseqüentemente esse professor acabava se profissionalizando, porém, sem enfrentar e nem compreender o seu papel político e social como intelectual.

Somente com a chegada das “classes médias” ao ensino superior, nas décadas de 1950 e 1960, teve início na Universidade de São Paulo um processo de crítica à fórmula autoritária vigente que procurava separar tanto o pesquisador quanto o professor, das suas convicções como cidadão. E a universidade que tinha sido criada para atender exclusivamente aos anseios das elites passou a ser obrigada a conviver com interesses contraditórios (RIDENTI, 1995: 13-55).

Essa contradição entre os interesses das “classes médias” e das elites veio à tona quando explodiu o Golpe Civil e Militar de 1964: se a USP não reagiu oficialmente à ditadura, também não cedeu como um todo. Havia professores e estudantes entrincheirados e dispostos a resistir no prédio da Rua Maria Antônia. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi a única da Universidade a não soltar manifesto de apoio aos generais, “apesar da maioria dos professores titulares naquele momento serem

favoráveis aos militares”, como conta Paulo E. Arantes:

Quando entrei no curso de filosofia, o golpe militar estava completando um ano. Soube depois que a Congregação da Faculdade fora a única a não soltar manifesto de apoio aos generais. Recordo a explicação simpática de Antonio Candido: o ato de discreta resistência devia-se menos a convicções – a maioria dos titulares era favorável aos militares – do que ao prestígio de uma instituição que encarnava de maneira superlativa o espírito de crítica e livre exame; pois esta atmosfera progressista – em que prosperou o sempre lembrado pensamento radical de classe média, responsável, em outros feitos, pela primeira visão não-aristocrática do Brasil – teve peso suficiente para desestimular demonstrações reacionárias ostensivas (ARANTES, 1988: 184).

No início da década de 1960, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras destacava-se no cenário político nacional através de alguns professores engajados na Campanha de Defesa da Escola Pública, no debate a respeito das Reformas de Base – inclusive no que dizia respeito à questão da Reforma Universitária – e na participação de estudantes durante a Greve do 1/3 ocorrida entre maio e agosto de 1962. Segundo o *Livro Negro da USP*, as divergências em relação às propostas dos grevistas provocaram uma grande polarização dos professores: de um lado se organizaram os adeptos da democratização da universidade e, do outro, firmaram posição os conservadores que defendiam intransigentemente os privilégios da cátedra (ADUSP, 2004: 16).

Após o Golpe Civil e Militar de 1964, as posições políticas dos professores da USP ficaram ainda mais evidentes quando um grupo se aliou ao reitor Gama e Silva – que ocupava provisoriamente as pastas da Justiça e da Educação no governo Castelo Branco – em defesa dos militares; enquanto outro passava a ser perseguido por uma Comissão de Inquérito criada pela própria reitoria. O objetivo da Comissão de Inquérito era punir os “responsáveis por infiltrar idéias marxistas”, “sendo agentes de processos subversivos dentro da universidade”.

Enquanto os professores faziam a defesa de suas atividades curriculares e “extracurriculares”, o movimento estudantil intensificou suas ações em 1968 e o trabalho no interior da universidade, em especial, no prédio da rua Maria Antonia, transformado em um dos centros contestadores do regime. Atenta a articulação das forças políticas progressistas no interior da instituição, a ditadura fez vistas grossas ao ataque efetuado pelo Comando à Caça dos Comunistas a partir do prédio da Universidade Mackenzie: pedras e bombas foram jogadas, além de tiros terem sido

disparados com armas de fogo. Permaneceram defendendo o patrimônio público estudantes e professores até a retirada forçada. O atentado contou com a omissão da Reitoria da USP, da polícia paulista e do governo do Estado.⁵

O ataque de dois de outubro marcou sensivelmente a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantendo-se como referência nos embates políticos durante o processo de transição da ditadura para a democracia política. Além disso, a invasão da Maria Antônia impôs a interdição do prédio e a transferência da Faculdade para barracões na cidade universitária. A promulgação do AI-5 permitiu que em 25 abril de 1969 fosse publicado o primeiro decreto que punia professores da Universidade de São Paulo. Entre 42 pessoas atingidas e diversos intelectuais, três professores da USP: Florestan Fernandes, Jayme Timono e João Batista Villanova Artigas. Apenas quatro dias depois, novo decreto foi publicado atingindo 24 professores da USP, sendo que seis deles foram ligados incorretamente a instituição (ADUSP, 2004: 45-49).

Por uma irônica coincidência histórica a tentativa de destruir a Instituição, simbolizada na depredação e interdição do edifício de nº 294, realizava-se no mesmo momento em que se dissolvia a FFCL, no interior da estrutura universitária. A dimensão simbólica dessa dupla destruição é extremamente contundente se se pensar nos seus posteriores desdobramentos. (...) A Instituição, que tinha antes uma função de coordenação, passa a ter, agora, de modo crescente, a de ordenação da vida universitária. Com isso, atividade intelectual está hoje cada vez mais subordinada à realidade institucional... A realidade institucional passa a estabelecer, hoje, os limites da atividade intelectual (CARDOSO, 2001: 114-115).

O isolamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) no novo campus universitário do Butantã, somado as aposentadorias compulsórias de professores e a reforma universitária imposta pelos militares em 1970, transformaram a USP “na universidade mais conservadora (e antiquada) do país”. (DURHAN, 1985: 117). Aqueles que permaneceram na Faculdade de Filosofia, mesmo vigiados pela “ditadura do silêncio” – de que tratou Florestan Fernandes –, tiveram que recompor as bases de resistência rearticulando as forças progressistas dispostas a combater o regime militar.

⁵ A rua Maria Antônia (São Paulo-SP), onde se situavam a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi palco do conflito que ficou conhecido como “A Batalha da Maria Antônia”, ou “Guerra da Maria Antônia”. A PM interviu, o secundarista José Guimarães foi morto por um tiro disparado pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC, alojado no alto de um prédio do Mackenzie. Ver: CARDOSO, I. “Maria Antonia: o edifício de nº 294”. In: CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001, pp.101-108.

A (re)introdução da questão democrática no Brasil, ocorrida em plena vigência do Estado autoritário – conduzida pelos movimentos sindicais e pela organização de amplos movimentos grevistas, pelos Congressos Contra a Carestia de Vida apoiados pelo Movimento Eclesial de Base organizado pela Igreja Católica e pela ampla Campanha da Anistia aos Presos e Exilados Políticos – contou com a colaboração dos professores da FFLCH.⁶ Enquanto os movimentos sociais e novos personagens entravam em cena tomando as ruas, começavam a ser redigidos por alguns intelectuais os primeiros textos responsáveis pela (re)introdução da questão democrática no Brasil. Diferentes problematizações e sistematizações a respeito de um possível retorno à democracia política, começaram a dar contorno ao debate ideológico nacional.

Segundo Daniel Pécaut a nova “era do intelectual como ator político” no Brasil teve início em 1972 quando muitos intelectuais defenderam o voto nulo e, principalmente, em 1974 quando Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira participaram da atualização do programa do MDB a convite de Ulysses Guimarães. (PÉCAUT, 1990: 300) No que diz respeito à Universidade de São Paulo, deve-se acrescentar ainda a fundação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) em 1976. Esta associação investigou os atos do regime militar contra seus professores, publicou uma série de denúncias em 1978 no chamado *Livro Negro da USP* e contribuiu efetivamente para o debate nacional em torno das tarefas da universidade no Brasil.

Maria Hermínia Tavares de Almeida também analisou a participação política de alguns intelectuais no Brasil entre 1972 e 1984. Sua pesquisa se ateve mais especificamente aos intelectuais que publicaram artigos nos jornais *Opinião* (1972-1977) e *Folha de São Paulo* (1978-1984), dentre eles havia vários professores pertencentes a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Segundo a autora, existem razões estruturais que explicam a grande participação dos professores das áreas de humanas na arena política e são igualmente responsáveis por criarem usos não acadêmicos para seus trabalhos. Entre as principais razões apontadas estavam a precária institucionalização da vida acadêmica e a inconstância de recursos para

⁶ Para um conhecimento detalhado dos movimentos sociais em questão, ver: SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

pesquisas.⁷

Entre os intelectuais pesquisados por Tavares de Almeida, a professora Marilena Chauí aparece no topo da lista em número de artigos produzidos no período, com 99 artigos, seguida por vários outros professores, inclusive da USP: José Álvoro Moisés, Francisco Weffort, Francisco Cavalcanti de Oliveira e Maria Victória Benevides. De fato, sabe-se que a presença de Marilena Chauí a partir de 1978 em alguns debates na América Latina e no Brasil sobre a questão da democracia e a respeito do papel dos intelectuais, deu origem a vários textos que foram posteriormente publicados no livro *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas* (CHAUÍ, 1989).

Na segunda metade da década de 1970 e no início da década de 1980, as preocupações de Chauí estavam voltadas para os intelectuais e os partidos políticos que ainda defendiam o “vanguardismo”, uma concepção “etapista” da história, uma postura economicista e uma concepção instrumental de democracia. Para a autora, “a fala dos intelectuais, dominando o campo da opinião pública, poderia impor o silêncio a outros sujeitos sociais... mais precisamente, a classe trabalhadora” (CHAUÍ, 2006: 39).

Mais de trinta anos depois, as preocupações de Chauí se concentraram na ausência de intelectuais engajados e no que parece ser “a Era do retorno dos intelectuais para o silêncio de seus trabalhos acadêmicos”. Teria a “Era do intelectual político”, de que trata Pécaut, se encerrado justamente com a conquista da democracia política?

Na senda aberta por Michel Löwy, Marcelo Ridenti investigou a produção e atuação de vários artistas e intelectuais revolucionários nos anos 1960, destacando a presença do chamado “romantismo revolucionário”, que pode ser traduzido pelo engajamento, pelo altruísmo, pela crítica política e social e pela busca de uma ligação com o povo (RIDENTI, 2000). Nos últimos anos, Ridenti passou a formular algumas reflexões a respeito do desaparecimento dos intelectuais compromissados socialmente e dispostos a fazer uma crítica à ordem capitalista:

Os tempos mudaram e, especialmente a partir dos anos 1980, já era visível o progressivo trajeto de desaparecimento do intelectual ou artista atormentado com sua condição relativamente privilegiada numa sociedade subdesenvolvida e desigual, como a brasileira. (...)

⁷ Para a autora, “nessas condições, a vida política exerce uma atração permanente sobre os profissionais da academia. Além do mais, uma certa exposição pública multiplica os triunfos para uma carreira acadêmica bem sucedida...”. Ver: ALMEIDA, M. H. T. de. *Tomando partido, formando opinião – cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992, pp.22-26.

Aos poucos foi se esgotando o arquétipo do intelectual ou artista rebelde, cada vez mais raros nos dias de hoje. Os intelectuais críticos e comprometidos com a superação das contradições da modernidade capitalista tendem a dar lugar a intelectuais resignados, contemplativos das eternas contradições, contra as quais pouco ou nada poderiam fazer. (RIDENTI, 2003: 207).

Ainda que a literatura sobre os intelectuais seja densa e variada, ela raramente se preocupa no Brasil com as atividades desenvolvidas e o papel do professor universitário – intelectual que convive com problemas e responsabilidades específicas no interior da universidade pública –, principalmente, quando se trata de avaliar sua atuação política e social.⁸

Ridenti, inspirado nas análises de Russel Jacoby, ousou ainda pensar as mudanças ocorridas na cidade de São Paulo e também na Universidade de São Paulo da década de 1960 para os anos 1980:

Naqueles anos, o ponto nevrálgico de artistas e intelectuais estava num breve espaço geográfico bem no centro da cidade, em que se encontravam o Teatro de Arena, o Cine Bijou, a Faculdade de Filosofia e outras da Universidade de São Paulo, escritórios de arquitetos, advogados e outros profissionais engajados. Por ali todos se encontravam em restaurantes e bares da região, como o Redondo, na confluência entre a Avenida Ipiranga e a Rua da Consolação e a Teodoro Baima. Ali circulavam: o pessoal de teatro dos inovadores Arena e Oficina, escritores, cineastas, artistas plásticos, jovens representantes da insurgente música popular brasileira, professores da USP... Hoje, alunos e professores estão instalados no distante campus universitário da USP no Butantã, e muitos deles se espalharam pelas numerosas universidades públicas e privadas que surgiram (...) (RIDENTI, 2003: 209)

Levando em consideração os limites da reflexão de Russel Jacoby para entender o contexto brasileiro, a presente pesquisa defende a elaboração de uma investigação capaz de revelar o quanto a chamada “profissionalização” da atividade acadêmica, ao longo dos últimos trinta anos, teria interferido no comportamento dos professores da FFLCH-USP:

⁸ Para Jacoby, “as universidades estimulam uma forma intelectual definida. Elas não expulsam, simplesmente não contratam aqueles incapazes ou obstinados demais para se adaptarem a elas. Até Henry Luce, dono do império da revista *Time*, frequentemente denunciado como um expert no assunto, empregava e até apreciava errantes dissidentes. As universidades, por outro lado, contratam através de comissões: um candidato necessita de títulos universitários, referências, a deferência adequada, um comportamento agradável...”. Ver: JACOBY, R. *O fim da utopia – política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 246.

*À medida que obtinham postos na universidade, os intelectuais da Nova Esquerda passavam a desfrutar de benefícios: salários regulares, férias prolongadas e a liberdade de escrever, e às vezes ensinar o que queriam. Evidentemente, não era tão simples assim. Muita insegurança ronda o empreendimento acadêmico. O futuro de um indivíduo dependia de um complexo conjunto de avaliações realizadas por colegas e por administradores. A própria liberdade acadêmica era frágil e seus princípios frequentemente ignorados. Essas avaliações não estavam também restritas a administradores intrometidos ou investigadores externos. A ameaça provinha, talvez de modo crescente do próprio interior; as carreiras acadêmicas minavam a liberdade acadêmica. Isso pode ser um paradoxo, mas evoca uma condição inerente a liberdade acadêmica – a instituição neutraliza a liberdade que garante. Para muitos professores, em muitas universidades, **liberdade acadêmica significava nada mais do que a liberdade de ser acadêmico** (JACOBY, 1990: 131). (grifo nosso)*

Segundo Maria de Fátima de Paula, os professores formados a partir de 1970 apresentam características bastante distintas das gerações intelectuais anteriores. Apoiada nas reflexões da professora Irene Cardoso, Fátima de Paula demonstra que na década de 1980 o processo de modernização da FFLCH-USP (iniciado pelo Regime Militar) intensificou-se: na gestão do professor José Goldemberg, escreve a autora, “a questão da produtividade docente e da avaliação do desempenho acadêmico-científico ganharam destaque, sendo objetos de inúmeros debates, polêmicas, análises e propostas, que culminaram com o episódio da lista dos 'improdutivos' divulgada pelo jornal *A Folha de São Paulo* à época” (PAULA, 2001: 203).

Para Fátima de Paula a FFLCH-USP manteve-se como um núcleo importante de resistência ao processo de racionalização e instrumentalização da universidade levado a cabo pela gestão de José Goldemberg (1986-1990). Partindo das reflexões da autora, a presente pesquisa mapeará nos últimos trinta anos o posicionamento dos docentes da FFLCH diante das tentativas de se transformar a universidade em uma empresa “produtiva”, ou seja, completamente subjugada à lógica “racionalizadora” do capital (PAULA, 2002: 279). Nesse sentido, entende-se o papel da Faculdade de Filosofia não só como um foco de resistência às propostas de privatização da USP, mas principalmente como um palco privilegiado onde tendências divergentes debatem e constituem projetos diferentes de universidade.

Os memoriais e as entrevistas de história oral de vida

Os memoriais tem sido um núcleo documental germinal para a compreensão das

trajetórias acadêmicas dos professores titulares e dos seus vínculos em relação aos acontecimentos políticos que marcaram a universidade e o país nos últimos trinta anos.⁹ Como documentos autobiográficos, seu conteúdo faz referência ao próprio sentido da rememoração e ao fato da sua redação ser também um acerto de contas com a própria trajetória pessoal e uma segunda leitura da experiência.¹⁰

Tanto os memoriais como as entrevistas de história oral de vida necessitam de cuidados especiais por serem constituídos com base na memória individual. A Profa. Ana Guedes Pinto ao analisar memoriais de professores tendo como preocupação a questão do ensino-aprendizagem, lembra que vários oralistas já se debruçaram em relação ao papel da memória de seus narradores, em particular, a respeito do problema do esquecimento, da subjetividade e da identidade:

Sobre essas questões, diversos autores, como Thompson (1992), Portelli (1997) e Passerini (1993) já destacaram que a ‘verdade’ entendida como algo fixo, estável e inquestionável não existe – não na perspectiva assumida por eles. Os fatos ocorridos na história terão sempre versões diferentes advindas da experiência de cada sujeito que os viveu. Assim é constitutivo do ato de rememorar o imaginário de cada um. O que vale, ao nos debruçarmos sobre as lembranças que vão ficando e sendo registradas, é nos abriremos e termos sensibilidade para compreendermos os sentidos atribuídos pelos sujeitos a respeito da experiência vivida (GUEDES-PINTO, 2002).

No atual estágio da pesquisa, atenção especial está sendo dada aos memoriais cujos relatos fogem a simples descrições da trajetória curricular e ou acadêmica, estendendo-se para aspectos político-ideológicos de uma atuação docente construída dentro da universidade e na costura de relações políticas e sociais que perpassaram a academia, extrapolando os seus limites. Isso não significa que as “ausências”, ou seja, os memoriais cuja narrativa evita tocar em temas referentes a participação política do acadêmico ao longo de sua trajetória como intelectual, estão sendo desprezadas.

⁹ Definidos os professores titulares da FFLCH-USP como colônia de destino da pesquisa, realizou-se um levantamento de todos os professores que assumiram o cargo de professores titulares (MS-6) na FFLCH-USP entre os anos de 1979 e 2009. Ao todo, a FFLCH-USP teve 195 professores titulares ao longo desse período. O levantamento foi realizado junto a unidade de Recursos Humanos da Administração da FFLCH-USP.

¹⁰ Para Georges Gusdorf, “*la autobiografía es una segunda lectura de la experiencia, y mas verdadera que la primera, puesto que es toma de conciencia: en la inmediatez de lo vivido, me envuelve generalmente el dinamismo de la situación, impidiéndome ver el todo. La memoria me concede perspectiva y me permite tomar en consideración las complejidades de la situación, en el tiempo y en el espacio*”. In: GUSDORF, G. “Condiciones y limites de la autobiografía”. In: *ANTHROPOS, Madrid, Dez. de 1991, p.13.*

O professor Wilson do Nascimento Barbosa, do Departamento de História, escreveu logo na apresentação de seu memorial de titulação que:

Trata-se de visão pessoal, necessariamente unilateral, uma maneira de ver quase exclusiva, evitada de erros e vícios, porque dispensa consultas, confirmação de datas e detalhes, mas que procura ser fiel a memória no sentido psicológico, sem escapar porém, dos mecanismos de autodefesa com que se tenta – involuntariamente – preservar a saúde (ou a doença) psíquica.

Este depoimento tem um viés deliberado. Ele omite aspectos da vida política do autor, porque o mesmo está convencido que a importância da mesma aqui seria apenas indireta. Ela ajuda a aprender e formar opinião, mas, como experiência pessoal, raramente deve ser detalhada. A vida política só é uma boa experiência para os políticos (BARBOSA, 2005: 1).

O professor Wilson Barbosa deu continuidade à narrativa de sua trajetória acadêmica “poupando o leitor” de uma intensa participação política desenvolvida ainda na época da ditadura, citando apenas a sua condição de exilado político quando descrevendo aspectos da sua passagem por universidades no exterior. Manteve, assim, ao longo de toda narrativa, fidelidade ao plano inicial de separar, desvincular, a sua “trajetória acadêmica” da sua “trajetória política”. Mas haveria então uma diferença entre a trajetória acadêmica e a política dos professores da USP ou dos intelectuais em geral?

Muitos são os cuidados necessários implicados na interpretação dos memoriais enquanto documentos repletos de opções e recortes: por que a academia deveria ser “poupada” da trajetória política de um de seus membros? Por que a narração de sua atividade política não caberia em um memorial público elaborado para a progressão em uma carreira pública? Qual o significado dessa ausência? Qual o sentido dessa estratégia?

Se a maior parte dos memoriais consultados até o momento silencia sobre os problemas atravessados pela universidade pública e sobre o papel político do docente que trabalha em uma universidade pública, outros memoriais permitem que seus autores se expressem favoravelmente aos vínculos entre a atuação acadêmica e a atuação política. Esse é, por exemplo, o caso do memorial do professor Francisco Cavalcanti de Oliveira:

Creio que foi muito importante a co-habitação com uma extensa exposição ao cotidiano. Pelo menos do meu ponto de vista, que reafirma a minha antiga vocação militante, a exposição ao cotidiano

estava forjando um novo tipo de intelectual, que, a rigor, nem é tão novo assim. A luta em várias frentes, na da pesquisa, na imprensa, na política, no debate, na mídia mais geral, enfim, alimentava-se das pesquisas e voltava às pesquisas. Combinava simultaneamente o que Gramsci chamaria a guerra de posições com a guerra de movimentos. Creio que esse caminho forjou uma teoria e uma prática democráticas (OLIVEIRA, 1992: 50).

Entre os memoriais, mais raros ainda são os que apresentam questões de ordem institucional e ou de caráter político-ideológico vividos no interior da Universidade de São Paulo. Entre esses memoriais destaca-se o do professor João Adolfo Hansen, responsável por formular uma contraposição em relação aos rumos da USP e ao processo de racionalização, instrumentalização e privatização. O professor João Adolfo Hansen, crítico contumaz do processo de liquidação da universidade pública, fez questão de destacar em seu memorial vários problemas da carreira acadêmica, entre eles, o da crescente apatia política:

A vida acadêmica do MS-5 continua pautada pela normalidade do ritmo produtivista do cotidiano institucional. Intelectualmente medíocre, mediocrementemente previsível, previsivelmente fragmentada e massificada, basta lembrar o artifício da sua normalidade e as medidas diárias de sua acelerada normalização e controle como fração e cada vez mais vazia de sentido político e cultural significativo (HANSEN, 2007: 6).

E, mais adiante, é ainda mais enfático no seu diagnóstico a respeito de como o cotidiano acadêmico asfixia o professor universitário: “Atualmente, a definição empresarial do “eu” funcional achata e elimina a posição política do professor, quando força seu corpo hiperativo a aderir à situação funcional no cumprimento veloz de seus deveres escolares” (HANSEN, 2007: 11-12).

Como os memoriais nem sempre explicitam os posicionamentos políticos dos docentes e sua relação com as tensões que permeiam a vida acadêmica, caberá às entrevistas de história oral de vida permitir investigar a experiência e a trajetória dos docentes em momentos críticos vividos pela USP e pelo país durante o processo de construção da democracia política no país nos últimos trinta anos.¹¹ As particularidades e a singularidade de cada trajetória de vida acadêmica serão estudadas em sua relação com a totalidade (KOSIK, 1985).

¹¹ A metodologia em questão foi desenvolvida pelo Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy, coordenador do NEHO-USP. Ver: MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.

Para a realização das entrevistas de história oral de vida com os docentes, duas redes de entrevistas foram formadas (MEIHY, 2005: 173-179). A escolha dos professores a serem entrevistados parte de divergências que foram suscitadas em torno das propostas de divisão ou manutenção da unidade da FFLCH na década de 1990. A hipótese que sustenta a construção dessas duas redes é a de que os debates em torno da manutenção da unidade ou da fragmentação da FFLCH foram travados por grupos cujas concepções político-ideológicas revelam diferenças quanto ao seu entendimento a respeito do papel dos intelectuais e da própria universidade.

Investigar especificamente a trajetória de vida acadêmica dos professores titulares da FFLCH-USP justifica-se não só pelo fato desses intelectuais serem conhecedores de todos os estágios da vida acadêmica em sua integralidade, mas primordialmente por serem professores integrados a um plano de carreira no interior de uma instituição pública. A pesquisa, assim, está preocupada em conhecer através dos memoriais e das entrevistas de história oral de vida os compromissos públicos assumidos e exercidos pelos professores ao longo da sua trajetória acadêmica.

Nesse sentido, tanto os memoriais como as entrevistas de história oral, permitem a exploração de um terreno pouco percorrido na história recente do país: o do papel social dos professores de universidades públicas cuja responsabilidade é exatamente pensar e interpretar a sociedade em que vivem, em seus aspectos lingüísticos, culturais, políticos, geográficos, históricos, antropológicos – no caso específico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP –, perímetro por excelência das humanidades.

A investigação conjunta da documentação permitirá problematizar as afinidades existentes entre as trajetórias acadêmicas desses professores – os embates internos à universidade – e o processo de consolidação da democracia política no Brasil. Dessa forma, acredita-se poder finalizar a pesquisa propondo um quadro estruturado que ilustre os diversos olhares sobre a participação política dos professores titulares da FFLCH-USP nos últimos trinta anos.

Bibliografia

Memoriais

BARBOSA, W. do N. *Memorial*. FFLCH-USP, 2005.

HANSEN, J. A. *Memorial*. FFLCH-USP, 2007.

OLIVEIRA, F. C. de. *Memorial*. FFLCH-USP, 1992.

Fontes secundárias

ADUSP. *O Controle ideológico da USP (1964-1978)*. 2ª ed. São Paulo: Adusp, 2004.

ALMEIDA, M. H. T. de. *Tomando partido, formando opinião – cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

ARANTES, P. E. “O bonde da filosofia – aspectos da cultura filosófica uspiana nos últimos anos da rua Maria Antônia (1965-1968). In: SANTOS, M. C. L. dos. (org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo, Nobel, 1988.

_____. *Um Departamento Francês de Ultramar*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BAUMAN, Z. *Legisladores e interpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

CARDOSO, I. de A. R. *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. “Maria Antonia: o edifício de nº 294”. In: CARDOSO, I. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CHAUÍ, M. S. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. “Vocação política e vocação científica da universidade”. In: CHAUÍ, M. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. “Intelectual Engajado: figura em extinção?”. In: NOVAES, A. (org.) *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

DURHAM, E. R. “Caminhos para a renovação”. In: HAMBURGER, W. H. (org.) *A USP em debate*. São Paulo: ADUSP, 1985.

FERNANDES, F. “A Formação política e o trabalho do professor”. In: *O Desafio Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

GUEDES-PINTO, A. L. *Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática construtiva de sua identidade e formação profissionais*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

GUSDORF, G. “Condiciones y limites de la autobiografia”. In: *ANTHROPOS, Madri, Dez. de 1991*.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais – a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Edusp, 1990.

_____. *O fim da utopia – política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de História Oral*. Loyola, São Paulo, 2005.

PAULA, M. de F. de. *A modernização da Universidade e a transformação da intelligentzia universitária: casos USP e UFRJ*. Florianópolis: Insular, 2002.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

REGO, W. G. D. L. (org.) *Intelectuais e política*. São Paulo: Olho D’água, 1999.

RIDENTI, M. *Professores e ativistas na esfera pública*. Rio de Janeiro: Cortez, 1995.

_____. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIDENTI, M. “Cultura e política brasileira: enterrar os anos 1960?”. In: BASTOS, E. R. & RIDENTE, M. & ROLLAND, D. (org.) *Intelectuais: sociedade e política. França-Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p.207.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 1989.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Finep, 1979.